

IV Congresso de Opinião Pública da Wapor, Belo Horizonte – Brasil
Área Temática 3: Opinião Pública e Meios de Comunicação

O crack como fenômeno midiático: demônios e silêncios

Lucia Lamounier Sena

Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Minas Gerais, Brasil

E-mail: llsena@yahoo.com.br

Palavras-Chave: Mídia, Visibilidade, Crack, Violência, Opinião Pública

Key words: Media, Visibility, Crack, Violence, Public Opinion

A proposta deste artigo é apresentar uma análise das representações do fenômeno do Crack a partir da cobertura da mídia mineira, no período de 1999 à junho 2010. A discussão que pretendemos apresentar diz respeito à forma como a cobertura midiática, no período analisado, vai aos poucos retirando a relação do fenômeno do Crack com dimensões sócio-políticas mais complexas e transfere para os sujeitos sociais - os usuários, os viciados, as comunidades em que predomina o tráfico de drogas - a responsabilidade do fenômeno. Demonizar a droga e os indivíduos por ela “*possuídos*” situa o fenômeno na esfera das escolhas pessoais. De alguma forma, a mídia mineira contribuiu para os enquadramentos ideais que deveriam ser colocados em debate pela opinião pública.

Palavras-Chave: Mídia, Visibilidade, Crack, Violência, Opinião Pública

This article intends to analyse the representation of Crack phenomena through media coverage in the Minas Gerais state for the period 1999-2010. The discussion centres on how the media coverage slowly switches its focus from the Crack phenomena within its relationship with the complex social and political dimensions towards focus on social individuals by blaming users, drug addicts, and the communities where drugs traffic prevails. By demonising the drug and the individuals "possessed" by the drug the phenomena is thus framed within the sphere of personal choices. To a certain extent, the media in Minas Gerais contributed to how the debate was framed in the public opinion.

Key words: Media, Visibility, Crack, Violence, Public Opinion

Introdução

A pobreza, a violência, o tráfico de drogas, a infração juvenil. Estes temas percorreram uma dimensão da realidade brasileira vivenciada, principalmente, nos grandes centros urbanos e que nos foram pautados, de maneira contundente para a opinião pública, nos principais circuitos midiáticos a partir de meados dos anos 90 do séc. XX.

No cerne dessas questões alguns atores sociais emergiram com destaque na cena midiática: o poder público sendo clamado na condição de ofertante, ou não, da segurança do povo e os sujeitos que passaram a ser “culpabilizados” pela sua condição social, relacionada com as atividades que, supostamente, geravam uma sociedade violenta e insegura. Os pobres, de maneira especial, os jovens, moradores das vilas e favelas dos principais centros urbanos no Brasil. Parafraseando Kowarick (2009), houve no Brasil um processo de assemelhação da pobreza ao vício, ao delito e à delinquência. Nesse processo parece ser inegável a participação da mídia nacional na construção dessas representações, que se tornaram hegemônicas, e no debate que se seguiu em arenas políticas e sociais das mais variadas nuances.

A “violência urbana” representada como fenômeno diretamente vinculado à figura dos pobres, das favelas e ao tráfico de drogas surge, dentre outras formas, através da sua aparição condicionada por regras e estratégias próprias do campo midiático. Essa narrativa implicou em enquadramentos de problemas tomados como prioritários, no destaque de territórios urbanos inerentes a determinadas práticas, na exibição de perfis sócio-demográficos como “naturalmente” relacionados aos problemas publicizados. Edições, reportagens e cadernos especiais da nacional, ciclos de debate televisionados, documentários e filmes comerciais tornaram-se centrais no fornecimento de material simbólico sobre o tema. A vinculação do desafio da temática do desvio juvenil e o tráfico de drogas no Rio de Janeiro e, portanto, das ações de repressão ou “solidárias” clamadas (também nos circuitos midiáticos) como as que estavam, ou deveriam estar, sendo empreendidas no âmbito desse fenômeno é um contundente exemplo desse fato.

Por outro lado, os “beneficiários” dessa visibilidade, os pobres e/ou excluídos também se constituíram como atores de fala. Disputaram espaços de aparição no sentido de contrapor, ou simplesmente, apresentarem-se para além de uma identidade hegemônica, que lhes era atribuída no debate público dominante. Houve respostas desses grupos, também midiáticas como o projeto “Favela é Isso Aí”, a “TV Rocinha” o movimento “*Afroreague*”, a explosão e visibilidade dos bailes

Funk como situações de cultura, as rádios locais. A multiplicidade de respostas é exemplo de busca por expressividade, por aparição e contra-representação, ou seja, ações que se constituíram como espaços e produção de vozes, disputando uma identidade para além da midiaticamente tornada hegemônica.

O que estamos querendo argumentar é que, ao mesmo tempo em que houve um processo de representação social-midiática, buscando “explicar” o fenômeno da ampliação do tráfico de drogas e suas consequências sociais, de forma reflexiva, proliferaram-se iniciativas, respostas (Braga, 2006), dos atores implicados ou apontados como centrais no fenômeno da violência. Foi uma batalha social, uma disputa pelo discurso constitutivo de identidades.

Nosso destaque para o papel dos veículos de comunicação, nesse fenômeno de enquadramento e agendamento de temas, diz respeito aos pressupostos teóricos, com os quais comungamos, de que a confiança no procedimento perito da mídia estabelece-se pela crença de que o sistema midiático (Maia,2010) procede a um fazer especializado e credível, para dizer sobre o mundo. Quer dizer, o seu processo discursivo pretende ser o próprio mundo e não somente um procedimento para representá-lo. Daí a necessidade de entendê-lo como um campo de luta, de disputa política e sua relação com a opinião pública.

O cruzamento de fontes produtoras e disponibilizadoras de informação, sobre a questão da pobreza, violência e tráfico de drogas conectou atores sociais, em posições diversas, que na condição de “alvos” de visibilidade pública, constituíram-se como centralidade de um fenômeno social, a partir de um determinado momento histórico.

Nesse sentido, a abordagem do nosso artigo se esboça: em que medida o sistema midiático comportou, e até mesmo produziu, um entrecruzamento de intenções políticas e comunicativas diversas, que se construíram na partilha de um tipo de informação e abordagem sobre o fenômeno do Crack. No caso específico da abrangência do nosso estudo, a Região Metropolitana de Belo Horizonte, esse processo revelou uma abordagem de autonomização da droga e vitimização da sociedade. De um lado, os indivíduos, sujeitos portadores e usuários “possuídos” por uma droga, que os tornava violentos e degradados. Por outro, os responsáveis por essa situação. Traficantes, não raro menores e suas respectivas regiões sócio-espaciais. Finalmente, o poder público que surge representado pelos agentes de segurança (a polícia) na figura de prisões, apreensões e combatente nesse palco de guerra e violência. Em termos do contexto político local, deve-se salientar que esse foi um período em que a

efetividade da política de segurança do Estado de Minas Gerais foi um dos posicionamentos de maior destaque na propaganda política do mandato do governador Aécio Neves.

Propomos neste texto apresentar alguns resultados de um levantamento de matérias de jornais no período entre 2.000 e 2.010, em que a temática do Crack (em termos de conhecimento, credibilidade, formato discursivo, representações recorrentes) foi campo privilegiado de discussão sobre a violência urbana, na capital belorizontina.

Esses dados foram coletados no âmbito de uma pesquisa mais ampla sobre a problemática do Crack, violência, tráfico e tratamento do usuário, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, coordenada pelo professor Luís Flávio Saporì e Regina Medeiros. O estudo foi realizado entre os anos de 2.008 e 2.010, com financiamento do CNPq.

Mídia e as representações sobre o social violento

Para discutir os sentidos das narrativas midiáticas sobre o social violento, ou a violência social, tomamos como uma contribuição inicial a perspectiva de Cornelius Castoriadis (1983). A perspectiva do autor auxilia na compreensão da instituição do social, pelos meios de comunicação, como um conjunto de significações em que, tanto a informação, quanto a forma apresentada e a sua respectiva mediação, assumem um papel preponderante. Para Castoriadis, as sociedades fundam-se enquanto uma existência concreta, a partir de suas práticas sociais instituidoras de uma determinada forma de ser social, com uma qualidade de verdade universal. É um duplo fazer que se realiza para fora dos indivíduos, caracterizando, ao mesmo tempo o “mundo exterior” e estes indivíduos, internamente na sua especificidade de pertencentes a esse mundo. Toda sociedade existe instituindo o mundo como seu mundo, ou seu mundo como o mundo, e instituindo-se como parte desse mundo (CASTORIADIS, 1982:404). É nessa perspectiva que usamos o conceito de um social midiaticizado.

A entrada do Crack na abordagem midiática insere-se em um contexto mais amplo, em que a questão do tráfico de drogas, bem como a marcação de alguns atores sociais, tomados como centrais no fenômeno da violência social, foi uma das formas de instituição do mundo urbano brasileiro, contemporâneo, predominantemente representado como desigual e violento.

A representação da violência urbana foi, também, constituída através da visibilidade midiática priorizando o destaque de determinados sujeitos, que foram e permanecem sendo expostos (os jovens

pobres, moradores de favelas) e as ações do poder público em relação a este tema (a repressão e/ou corrupção representada pela polícia), de maneira mais recorrente. Esses atores sociais passaram a existir como referentes do fenômeno estabelecendo aquilo que Castoriadis chama do *leigin*, ou seja, figuras operantes do imaginário social, que realizam a noção de separação, reunião, identidade.

A centralidade do sistema midiático, na demarcação dos horizontes da violência e sua estreita vinculação com a questão das drogas, foi fator também central na sua relação com debate público. Para a discussão dessa centralidade fazemos nossa a indagação de Maia (2008, pag 94): “*como operam os midia para pré-estruturar a esfera política?*” A leitura Giddensiana dos sistemas especialistas, ou peritos, traz uma diretriz que nos parece contribuir para dar início a essa resposta. Anthony Giddens (1984) afirma que, o contraponto das sociedades tradicionais com a sociedade pós- tradicional, é a existência dos sistemas especialistas, como os guardiões da palavra sobre a verdade do mundo. A técnica se destaca pela centralidade de seu papel, tanto no que diz respeito à sua dimensão tangível (material), quanto à sua dimensão intangível, simbólica, de representação do “suporte” da inteligência (expertise) coletiva. É verdade da qual (a princípio) não se discorda, mecanismo portador da verdade sobre um aspecto qualquer do mundo social. É guardião da verdade. Aquilo que a constitui como técnica é ao mesmo tempo instituidor dos parâmetros desta verdade, possibilidade aplicativo-empírica e/ou descortinadora do mundo nela embutida.

Ao tomar a mídia e seus modos operatórios na perspectiva sistêmica, significa “retomar os elementos principais da concepção dos *media* dando atenção às suas funções e à diversidade de relações que estabelecem com outros sistemas e seus respectivos agentes” (Maia, 2008, pag95). É compreender que os meios de comunicação, através de todos os seus formatos e produtos (do jornalismo ao cinema, blogs etc.), ao realizarem uma tradução visível e/ou narrativa sobre o mundo (“a violência”, “o tráfico de drogas”), tornam ao mesmo tempo esta ação o “falante identificável” (GIDDENS, 1995, p.84), o suporte mediador para acesso a uma versão, uma perspectiva, uma formulação de uma verdade sobre esse mundo.

As representações empreendidas para estabelecer essa interlocução pretendem realizarem-se como portadores da verdade, ou seja, ao mesmo tempo o ponto de partida, a representação e o próprio mundo. É nesse aspecto que a confiança se estabelece, ou seja, não somente pelo discurso em si, mas pela confiança em relação à autoridade do mediador (o sistema mídia) e o discurso que pratica - legitimador da realidade do mundo através da visibilidade que o torna inegavelmente real: “a vida real

em tempo real”¹

Na perspectiva que aqui defendemos, a informação midiática assume o lugar de conhecimento especializado, competência universalizante, autoridade unificadora de perspectivas sobre o mundo, pelo entrecruzamento do saber e autoridade dos outros campos sociais, dos quais se ampara na sua respectiva especialização, mas através da submissão à sua lógica operatória (MAIA, 2.008;WEBER 2.006).

Na perspectiva *giddensiana*, diríamos que a narrativa midiática funciona como uma “ficha simbólica”, ou seja, um operador do mecanismo de desencaxe, um “meio de intercâmbio que pode ser circulado”, apropriado por indivíduos ou grupos sociais em seus contextos particulares. Realiza-se, assim, um deslocamento e autonomização da confiança sobre o sujeito produtor, autoridade de lugar de fala; “é uma forma de fé na qual a segurança adquirida em resultados prováveis expressa mais um compromisso com algo do que apenas uma compreensão cognitiva” (GIDDENS,1.991:35). Configura-se um espaço comum a todos através das informações e sentidos tornados reais, não simplesmente uma moldura posta sobre a realidade, mas um enquadramento, cuja expansão constitui a própria realidade (MOUILLAUD,1.997, pag. 66).

O conceito de visibilidade é central na constituição dessa realidade. Gomes (2.004;2.008); Maia (2.002; 2.008), Thompson (1995); Weber (2.007) dentre outros, trazem uma importante contribuição para a análise do conceito de espaço público midiático. Esses autores enfatizam os mecanismos centrais de visibilidade de processos, particularmente localizados, configurando uma nova dinâmica de interação simbólica, entre diferentes contextos sócio-espaciais. A mídia constitui-se como parte ou princípio gerador dos espaços públicos, do sentido de pertencimento, pela partilha de um universo simbólico comum, na medida em que fornece quotidianamente material simbólico, capaz de participar na representação de uma identidade qualquer e de dar-lhe visibilidade em espaços diferenciados. Assim, contribui para o senso de realidade e a “formação de atores discursivos, ampliando a inserção do debate na sociedade e contribuindo para a deliberação pública.” (Maia, 2.002, p.48).

Podemos dizer que a instância midiática participa de uma dimensão fenomenológica do mundo social a partir da publicização de narrativas de natureza diversa. No entanto, o acesso, a relevância e qualidade das informações, para a decodificação do mundo social, através da constituição do debate público de um fenômeno, têm que ser considerados em termos do seu formato, implicações, ações e

¹ Bordão do canal de circuito a cabo do sistema Globo - Globonews.

atores envolvidos, quando do processo de publicização midiática. Sendo assim, a visibilidade articula-se estreitamente ao conceito de enquadramento, entendido na sua dimensão política como representação do social.

Não remonta, ao momento atual, a relação estabelecida entre a opinião pública e a centralidade do conceito de enquadramento. A dimensão política do enquadramento, a que nos referimos, rejeita a suposta autonomia e direcionamento presente, nos recortes e molduras constituintes do real tornado visível (ou seja, não o considera simplesmente como uma técnica jornalística), bem como o *framing*, luz projetada sobre essa realidade, dando-lhe feições mais ou menos fortes, emocionais, partidárias, libertárias ou moralistas e toda a gama de adjetivações que aqui poderíamos incluir (ENTMANN, 1.993 APUD VIMIEIRO,2010). São modos operatórios da persuasão da audiência, dimensão publicitária da razão pública de que nos fala Chambers (2005).

Os “constrangimentos da moldura”, como bem nos alerta Maurice Mouillaud (1.997) não são somente aplicáveis à dimensão isolada da experiência que deve ser publicizada. Implica também nas inibições relativas a um espaço e tempo sociais, que lhes são próprios e precedentes. As disputas da sociedade também são insumos inerentes ao processo de emolduramento, ainda que não, necessariamente, operados com racionalidade.

“ Os acontecimentos da mídia se encaixam em formas que já são construções do espaço e tempo. O tempo e espaço social trazem marcas que definem áreas e momentos que prescrevem sua natureza e forma aos acontecimentos (...)Não somente a área e a duração do acontecimento são expressamente marcadas com relação ao tempo exteriores, mas o campo de jogo é balizado por limites interiores que programam acontecimentos parciais dentro do acontecimento dominantes” (MOUILLAUD, 1997, pag.64).

Na perspectiva acima destacada, o acontecimento midiático, realidade que nos é dada a ver, carrega uma multiplicidade de dimensões inerente a outros tempos e espaços, constituintes das cenas que lhes dão forma. Como nos afirma Mouillaud, a cena do acontecimento não é uma simples moldura colocada em um espaço, é artefato vital do acontecimento. A cena institui o acontecimento, que por sua vez a torna legítima. A favela, o morro, o bar, o beco. Cenas legítimas para a instituição dos fatos vis “em um mundo em que impera a violência e droga”.

A discussão sobre o enquadramento midiático tem uma ligação estreita e indispensável sobre a dimensão política da visibilidade, na sua relação com a credibilidade/legitimidade: *o modo com que a sociedade e os indivíduos se olham é essencial para entender como se constitui a imagem pública e como a informação e as provocações simbólicas são assimiladas ou rechaçadas* (WEBER, 2.004, pag. 270).

A dimensão política dos *enquadramentos do mundo social*, operados nas estratégias do sistema mídia, revela seus traços na constituição do fenômeno e do conteúdo presente/ausente, no debate público sobre ele. É necessário buscar compreender, não somente a parte que cabe ao sistema mídia, na aparição e grandeza assumida por certas temáticas, mas também situá-las como agentes centrais, na distribuição não equitativa dos espaços de fala dos demais agentes sociais, que virtualmente portam uma palavra sobre essas questões.

A luta entre opacidade e transparência, de que nos fala Weber (2.004), é uma disputa não somente pela aparição, mas pela verossimilhança do que tornado visível é, como afirma Foucault, o discurso como o poder a ser tomado, é luta pela instituição da “palavra verdadeira” sobre o mundo na perspectiva de Giddens, anteriormente discutida.

Foi com essa perspectiva, que buscamos realizar uma análise da forma como a questão do uso e comercialização do crack foi abordada, na mídia mineira. Nossa leitura enfatizou os enquadramentos realizados, para conscientizar a sociedade belo-horizontina da presença de uma nova droga, que foi sendo aos poucos vinculada ao aumento da violência urbana e às taxas de homicídio, até então vivenciadas. O pressuposto aqui defendido é de que a cena midiática, como expressão da luta política pelas representações hegemônicas, está diretamente vinculada às tendências mais presentes, no debate público local sobre a droga, cuja correspondência é visível, também, nas ações do poder público a ela direcionado, ou tornadas visíveis, como respostas dadas à sociedade. É o que discutiremos a seguir.

Crack e as representações midiáticas: o efeito violência.

Para a discussão da entrada do crack, na cena midiática mineira e suas respectivas representações, é necessário situar o contexto mais amplo, que vincula o tráfico de drogas à determinados perfis sociais e demográficos, às taxas de homicídio e à política de segurança em Minas Gerais, nesse período.

Os estudos mais relevantes sobre a rede de produção, comercialização e uso do crack são do contexto norte-americano. Esses estudos, que em geral analisam o período áureo da presença dessa droga, nos grandes centros urbanos americanos, associada ao aumento da violência urbana, especificamente os homicídios, envolvendo a população jovem, afrohispanica (BLUMSTEIN, 1.995; JACOBS, 1999; AGAR, 2.003; MESSNER, 2.007).

A contribuição de Agar (2.003) merece destaque como contribuição para nosso estudo, na medida em que o autor destaca a perspectiva do crack, como uma tendência relacionada às mudanças no sistema de produção industrial da cocaína, que abrem as condições para a chegada da droga nos Estados Unidos nos anos 80.

O autor afirma que o uso da cocaína entre os anos 60/70 era considerado um valor de cultura nos EUA. A droga era socialmente aceitável, sendo tratada pelos veículos de comunicação como o *champagne norte-americano*, "status symbol of the American middle-class pothead" (AGAR, 2.003, pag. 13). No entanto, a ampliação de centros de atenção aos usuários e uma ampla divulgação, na mídia americana, do crescimento do número de pessoas com problemas de dependência, e até mesmo de mortes, relacionadas ao uso da cocaína, atuou como uma contra-visibilidade das representações da cocaína, exposta até então como droga profilática e relacionada ao sucesso. Esses fatores contribuíram para uma diminuição da demanda por parte do principal segmento de público consumidor, as classes média e alta.

Essas variáveis, aliadas à queda nos preços do produto (devido ao excesso da oferta), a diminuição da demanda entre o principal segmento de público consumidor e a chegada de uma nova tecnologia para confecção de um produto derivado da cocaína (a pasta base da qual é feito o Crack), cujo valor estava bem abaixo dos praticados até então, abre espaço para o crack. Esta droga traz consigo, tanto uma nova estrutura de produção (mais fácil, barata e doméstica), como também conquista um novo segmento de público: os pobres afro-hispânicos, que passaram a atuar, sobretudo, na sua fabricação e comercialização. São pequenos empreendedores, varejistas da droga.

No Brasil o crack chega, no início dos anos 90, no mercado paulista, mas sua expansão nas principais redes de comercialização em Belo Horizonte, é referenciada como de meados dos anos 90 e início de 2.000. Ao contrário do contexto norte americano, aqui ela permaneceu sendo comercializada,

de forma quase majoritária, nos pontos comerciais conhecidos como bocas² e não por varejistas.

A alteração trazida pelo crack para o contexto comercial de drogas ilícitas, bem como para o social, parece ter sido operada no âmbito da mídia local, a partir de alguns eixos que autonomizaram o poder do crack sobre a sociedade, tornando-a violenta. Foi o *efeito violência* da nova droga da capital.

O primeiro eixo de visibilidade midiática que destacaríamos foi o da “chegada do Crack”, como algo que assalta e toma a sociedade, a instalação do terror. Um segundo eixo foi operado, através da exposição de acontecimentos relativos a situações de guerra, conflitos armados, em que o crack é apontado como o principal responsável. Esse eixo, em geral, associa a presença dessa droga a uma categoria sócio-espacial, ou seja, as regiões periféricas, sobretudo as vilas e favelas. Nesses espaços, as situações representadas são de um cotidiano marcado pelas disputas armadas entre grupos, contextos em que a violência passa a fazer parte do cotidiano desses locais. Finalmente, o eixo da degradação pessoal. Os indivíduos, possuídos por essa droga, traçam invariavelmente o rumo do descaminho, penetram em um “submundo” e tornam-se violentos ou são vítimas dessa violência.

Os eixos acima apresentados foram derivados de um estudo realizado, no período de 2009/2010, abrangendo a um total de 680 notícias, publicadas sobre o tema, no jornal mais tradicional da capital, o Estado de Minas, no período de 1999 à junho 2010.

O recorte de uma década foi definido, como critério, que pudesse demonstrar a existência ou não de uma tendência, a partir do período de referência da entrada da droga em Belo Horizonte, segundo dados dos órgãos de segurança do Estado. A consulta realizada foi ao acervo digitalizado do jornal. A palavra-chave para a busca foi crack e, dessa forma, todas as notícias relacionadas à temática foram filtradas. A partir deste filtro, as notícias foram lidas e resumidas de forma a serem catalogadas em uma planilha, para posterior tratamento analítico.

Do montante de notícias encontradas sobre o tema Crack, no jornal Estado de Minas, somente foram separadas para análise as matérias relacionadas à cidade de Belo Horizonte. A catalogação inicial seguiu uma lógica por ano de publicação das matérias, o título, as palavras-chave, a região e o perfil do envolvido. Através destas referências foram construídas as categorias e os enquadramentos.

As categorias foram identificadas através da análise qualitativa do conteúdo das notícias. Para análise foram extraídas somente as notícias, cuja abordagem estava relacionada ao crime, pois o estudo

² Bocas no contexto desse trabalho é referência de um espaço físico (geralmente favelas ou áreas periféricas), constituindo-se como um ponto comercial para a venda de uma droga ilícita.

global, em que esta análise se inseriu, foi focado na hipótese de que havia uma relação entre o Crack e aumento da taxa de homicídios na RMBH.

Os enquadramentos relacionados ao “efeito violência” foram construídos através da percepção de abordagens recorrentes, encontradas sobre o tema em questão, no recorte temporal definido. A abordagem utilizada pelo veículo analisado, tanto no título das notícias quanto no seu conteúdo, é o que define cada enquadramento. Os enquadramentos, no âmbito deste artigo apresentados, foram: impunidade, descontrole social, penetração em categorias blindadas/ sagradas, guerra, terror, aumento do uso de drogas/violência, atentado a valores familiares /religiosos, degradação pessoal.

A *impunidade* nas matérias analisadas é um enquadramento que faz alusão a uma sensação compartilhada, entre os membros da sociedade, no sentido da falta de penalização de infratores, de criminosos ligados ao crack. O *Descontrole Social* é trazido pelo jornal, através da associação dos fatos relacionados ao Crack a uma perda do controle da segurança do povo, ou como uma incapacidade de manutenção da ordem pública, por parte daqueles que são responsáveis pela sua guarda, como a polícia por exemplo. A guerra está vinculada às notícias trazidas pelo jornal, que enfatizam o confronto, a disputa entre dois ou mais grupos distintos, ligados ao comércio do crack, situações de confronto em que se registra a presença de armas. O *Terror* provocado pela droga está nos crimes atribuídos à presença do Crack, seja através do usuário, seja pela violência gerada na sociedade pelo tráfico da droga. O *aumento do uso de drogas/violência* é um enquadramento associado a notícias, que evidenciam a ampliação do número de usuários de crack ou o acréscimo de práticas de violência, ligadas ao comércio e uso da droga. O *atentado a valores familiares/ religiosos* é caracterizado por matérias ofensivas a valores morais da instituição família e uma afronta às crenças religiosas, por parte de usuários e comerciantes do crack. A *Degradação Pessoal* é a abordagem sobre o indivíduo, destituído do grau da condição humana, com as perdas que vivencia, ou a violência de seus atos. Aquele que conquistou algo e o perdeu por algum motivo: o Crack. A *Penetração em Categorias Blindadas* pode ser encontrada em notícias abordando profissionais de elite tais como de formação universitária, profissionais ligados à segurança pública ou às mulheres destacadas pelo seu padrão de beleza, como donas de casa ou, simplesmente, pelo pertencimento ao gênero feminino e o envolvimento com o crack.

Na análise que apresentaremos a seguir esses enquadramentos distribuídos por recortes

temporais³.

O eixo do terror: a entrada do Crack na sociedade

No ano de 1999, primeiro ano da cobertura realizada, foi encontrado um montante de 23 notícias, sendo que 4% delas referem-se somente à cidade de Belo Horizonte e 33% dizem respeito a situações de homicídios, que tenham ligação direta ou não com a droga.

Levando em consideração todas as 9 regiões administrativas da cidade de Belo Horizonte, o ano de 1999 é muito significativo no recorte temporal do trabalho. Esta importância diz respeito, não somente por se configurar como o ano em que as autoridades de segurança pública registraram a “entrada” do crack na capital, mas também, por ser este o período com o maior número de notícias, na categoria homicídio.

Com exceção dos enquadramentos Guerra e o Atentado a Valores Familiares / Religiosos, todos os demais se destacaram na cobertura do jornal sobre o tema Crack. No entanto, o enquadramento do Terror foi o que mais se destacou no ano de 1999, na cidade de Belo Horizonte. Este enquadramento também aparece de maneira acentuada na região Centro-Sul. Deve-se ressaltar que é esta a região onde, no período, apresentava a maior taxa de ocorrência de homicídios (entre 401 a 998 por 10.000 habitantes). Uma característica marcante desta região é que todos os envolvidos com o crack, ou com a violência gerada por ele, são referenciados pelo jornal, como sendo menores. A associação dos menores à liderança do tráfico ou à formação de gangues também é um item de destaque.

O terror é uma situação que traz “*algo de medonho, caráter horrível de uma ação; algo que nos leva a ter medo, situações apavorantes, atroz, terríveis*” (Dicionário Aurélio). A cobertura leva a crer que a cidade estava vivenciando esta situação, a instalação do terror. Ao estampar no título “*RMBH registra 5 homicídios em nova onda de violência.*” (01/07/1999), a matéria nos remete a uma representação de algo grande, capaz de nos engolir e que possui uma dinâmica de repetição, contínua e crescente e, no seu movimento, traz a violência que aterroriza.

Outro termo encontrado para o reforço do terror foi a palavra “*contaminou.*” Nas matérias abrangendo este termo, a impressão é de que o Crack ingressou na cidade como uma epidemia, ou

³ Participaram na coleta e tratamento de dados as bolsistas de Iniciação Científica do curso de Ciências Sociais da Puc Minas: Carla Evelyn; Érica Araujo; Ana Santos

uma “peste” que partindo **dos pobres** contamina toda a sociedade.

“Um homem identificado apenas como “Edimar”, aproximadamente 40 anos, moreno, 1,75 metro e com a cabeça raspada, é mais uma vítima do tráfico de drogas que contaminou as favelas e bolsões de miséria da Grande Belo Horizonte.” (10/05/1999)

Um dos exemplos desse enquadramento pode ser encontrado em uma matéria, que noticia o assassinato de uma empregada doméstica, pelo patrão. O terror aparece enfatizado, não somente pela morte da mulher, mas quando o relaciona ao seu ambiente de trabalho e às características próprias da figura do seu patrão. O assassino é caracterizado como sofrendo de esquizofrenia também e, para além de ser descrito como usuário de crack, o seu perfil é reforçado pela revelação de um pormenor da sua orientação sexual, ser um homossexual.

Outra notícia, cujo enquadramento associa o crack ao terror, é o relato de uma situação de enforcamento. As palavras *enforcada*, *assassinada* e *pendurada* são utilizadas para descrever um crime praticado contra uma mulher. O assassino utiliza as roupas da vítima para deixá-la pendurada, nua, em um muro. A exposição da vítima, como ato máximo de violência, é relatada com detalhes como, por exemplo, a palavra *facada*. O uso do termo na matéria busca acentuar a brutalidade do fato, mais uma das situações de terror do cotidiano.

*“Mais uma mulher é violentamente assassinada em Belo Horizonte(...) mulher é encontrada nua e enforcada” (09/04/1999)
.” (09/04/1999)*

Em outra matéria, as palavras “*tomou*” e “*mata*”, aliadas ao ato de ser um menor e devido ao crack remetem à idéia de situações de terror, que passam a ser vividas. Além do ato de tomar algo de alguém de forma brusca (assalto), fazer uma abordagem não prevista, foi uma prática seguida de homicídio. O assaltante, “*usuário e viciado*”, interrompe a vida daquele a quem assalta.

“O desempregado Ermínio Euzébio dos Santos, 28 anos, morreu ontem no Hospital João XXIII, onde estava internado desde o dia 14 de julho. Ele foi baleado numa boca de fumo do bairro Goiânia quando acabara de comprar uma porção de crack. Quando saía do local, foi cercado por um menor que fez o disparo e em seguida tomou dele as pedras de crack e todo o resto de dinheiro que levava.” (03/08/1999)

Outro enquadramento, que reforça o clima de terror, é o relato de um tiroteio ocorrido em via pública. O uso da frase “*Testemunhas garantem que viram três homens fortemente armados atirando a*

esmo” enfatiza uma situação sem controle, trazendo como consequência a morte de uma menina de oito anos.

Algo que acontece *a esmo* é uma situação realizada ao acaso, à sorte, à toa, indistintamente, ou seja, pode vitimar a qualquer um. Se situações de tiroteio estão ocorrendo “*a esmo*” elas podem ser uma demonstração de que nada está sendo feito ou que instalou-se uma situação sem controle, sendo a prova maior desse fato a revelação da idade da vítima, “*uma criança de 8 anos.*” Ou seja, até uma criança está à sorte, nos espaços urbanos em que marcados pela violência “impune” gerada pelo crack.

"A estudante Carla Daniele Pereira dos Santos, 8 anos, é mais uma vítima da impunidade que reina no bairro Alto Vera Cruz, uma das regiões mais violentas de BH." (14/02/1999)

Outro enquadramento observado no ano de 1.999 é o da *degradação Pessoal*. A utilização em uma mesma matéria, referente à região centro-sul da cidade, dos termos *submundo*, *perambulando* e *perdeu* ressaltam o enquadramento da degradação. O submundo é o lugar onde a pessoa passou a viver a partir do momento em que, em consequência do uso do Crack, largou todos os “*afazeres de uma vida normal*” e passou a viver em um “mundo”, que não contempla mais as situações anteriores. A palavra *perambulando* também aparece mostrando que a pessoa usuária largou a família e passou a andar sem destino pelas ruas, perdeu suas referências. O relato de que o envolvido *perdeu o* emprego, depois do vício em crack, quer revelar a perda de uma atividade considerada socialmente correta, dignificante. Ou seja, houve uma degradação pessoal e da sua própria vida social.

O jornal ainda faz uma associação desse ato ao uso Crack ressaltando que a vítima, bem como o assassino, eram viciados. Aqui, a degradação humana, própria do terror, já é um destaque que se tornará recorrente nos anos seguintes:

"A mãe de Ângela, Teresa Fernandes de Souza, 51, disse aos policiais que a filha era casada e tem três filhos. Desde criança era usuária de maconha. Contudo, conforme Teresa, nos últimos anos a filha se enveredou no submundo do crack, largou o emprego e passou a perambular pelas ruas." (09/04/1999)

No total do material analisado no ano de 1.999 as categorias Apreensão e Prisão na cidade de Belo Horizonte, relacionadas à temática crack, foram encontradas 21 notícias, distribuídas de forma relativamente equitativa, pela grande parte das regiões da capital. O não privilégio de uma ou outra

região reforça o fato de que por um lado o Crack “tomou” a cidade e que por outro, a resposta pública também se “espalhou” pela capital.

Em relação ao conteúdo das matérias, as regiões ganham visibilidade não só pelo montante da apreensão e prisões, mas também pelo perfil dos envolvidos dessas regiões. Nesse sentido, ganham destaque os homens, geralmente acompanhados da palavra *liderança* como determinante da posição masculina na hierarquia no tráfico; a presença da figura de menores em posições ocupadas como traficantes ou aviões e as mulheres que em algumas regiões (como a Oeste e Leste, por exemplo) passaram a ser destaque, sobretudo porque apontadas como lideranças de alguns grupos.

O eixo da Guerra: Cobertura 2.000/2.001

A partir dos anos 2000/2001 verificou-se uma mudança na forma como o Jornal Estado de Minas passou a abordar o tema do Crack. A situação do terror instalado que vitimiza a todos, muda para o destaque dos indivíduos envolvidos. Parece haver um processo ao mesmo tempo de restrição do envolvimento, bem como um foco de culpabilização sobre a situação. Neste caso, os traficantes.

De um total de 23 notícias, 26% estavam vinculadas à temática do homicídio no ano de 2.000. No ano de 2.001 o homicídio praticamente desaparece da cobertura jornalística. O enquadramento de maior destaque, nas matérias analisadas nesse período, foi o da *Guerra*. Mas essa alusão ao conflito armado não vem sozinho, está relacionando às situações que remetem a uma idéia de *descontrole social*, ao aumento descomunal de homicídios.

(...) O tráfico é o maior responsável pelas mortes de jovens de 19 a 25 anos em especial pelo crack que teve aumento 1000% nos dois últimos anos. (16/04/2000)

As matérias apresentam descrições de situações em que conflitos envolvem “lados”, grupos de interesse agindo sem controle. Um dos exemplos, dessa afirmação, é matéria em que se detalha uma guerra entre grupos, onde o jornal destaca uma situação de conflito armado, que gerou mortes e ocorreu em “*plena luz do dia.*”

O descontrole também é relatado em situações de ausência de liderança, nos grupos e gangues, fatos associados a um volume exacerbado de execuções. O descontrole e a guerra também podem ser

percebidos nos relatos de um cotidiano marcado pela constância das dívidas, ou acerto de contas, relacionados ao crack e que são resolvidos “à bala”. Situações primitivas e próprias de um cenário em que impera a guerra.

“O local é hoje um dos principais pontos de distribuição de crack daquela região e vem sendo disputado à bala pelos traficantes (...) Sem uma liderança firme e divididas em vários grupos diferentes as gangues passaram a se confrontar em plena luz do dia. Muitos dos jovens foram executados com tiros na cabeça”. (12/03/2.000)

Outro destaque, relacionado à guerra, são os relatos de situações de crueldade, cenas típicas de uma batalha e que pode ser exemplificado por uma matéria, onde o nome da vítima e situação vivida aparecem no título, em caixa alta:

“MARCELINO IMPLOROU por sua vida, mas foi assassinado num acerto de contas com traficantes da Cabana do Pai Tomaz”. (31/01/2.000)

Os destaques do nome e do gesto do garoto não são por acaso. Marcelino é um nome associado a uma lenda católica européia, sobre Marcelino, um bebê que foi deixado na porta de um mosteiro espanhol. Criado por frades franciscanos, a esse menino foi posteriormente creditado um milagre. O nome, associado a um poder divino e à inocência, é reforçado pelo gesto de *implorar* pela sua vida. Gesto de humildade, que por não ter sido considerado, revela a crueldade da guerra.

Também pode ser exemplificada, no enquadramento relacionado à Guerra, a violência relacionada à presença de menores. São situações dos adolescentes, que exercem algum tipo de atividade (por exemplo, aviõezinhos) e são assassinados, por causa da disputa dos pontos de venda de drogas. O relato destas disputas armadas, envolvendo menores, cujos nomes são realçados pelos apelidos (“*Leozinho, Coraçãozinho e Mauricinho*”) leva a outro reforço: a relação do crack com o aumento do uso de drogas e a violência. Onde há a presença dessa droga, há guerra, há disputas, gerando mais violência e fazendo vítimas os jovens, menores e adolescentes que passam a ser vítimas, mas também algozes.

“Babão, 17 anos, morre na disputa por ponto de venda de droga na Pedreira Prado Lopes” (25/01/2000)

Para além da guerra, o período analisado apresenta a penetração em categorias blindadas/ sagradas. Ao noticiar o assassinato de uma mulher viciada em crack, a matéria focaliza a palavra “dona de casa”.

Classicamente no Brasil, este conceito dizia respeito à mãe de família, aquela mulher que se dedica especificamente à vida privada, aos afazeres do lar, à educação dos filhos. Também nessa fronteira, na abordagem jornal, o crack penetrou.

“Ontem de manhã, a dona de casa Vânia Aparecida Gricero, de apenas 18 anos, viciada em crack, foi assassinada em frente o número 505 da rua Muniz, Morro das Pedras.” (30/08/2.000)

Essa matéria traz como situação correlata a Resposta do poder público (legal). Essa resposta vem presente nas notícias, destacando as ações, também corriqueiras, da polícia, como prisões “uma entrega para prisão de traficantes”, ou no aviso de que, em decorrência de um crime, haverá uma justificada invasão da região.

“Ao tomar conhecido de mais um homicídio, onde os criminosos fugiram com grande facilidade sem serem molestados pela polícia, o comandante de Policiamento da Capital, coronel Severo Augusto, anunciou que em breve “invadirá” toda a favela do Morro das Pedras para prisão dos principais traficantes”. (31/08/2.000)

A situação relatada no jornal como algo que “mexeu com os brios da PM”, reforça a resposta, por parte dos agentes de segurança pública, que tiveram seu orgulho ultrajado. A resposta dada - a invasão - é uma situação que, uma vez mais, remete à idéia de um conflito bélico.

O eixo da degradação social: cobertura 2.002 a 2.010

O contexto da violência urbana, relacionada ao homicídio em Minas Gerais, a partir do ano de 1.999, apresentou um crescimento acentuado, chegando a 22,6 por 100 mil habitantes, em 2.004. No caso específico de Belo Horizonte, a taxa de homicídios em 2.004 foi de 64 por 100 mil habitantes, passando a ser a quarta capital mais violenta do Brasil (SAPORI,2.007, PAG.131).

No entanto, a partir do ano de 2.002, há um decréscimo de matérias relacionadas ao fenômeno crack e homicídios. Se tomarmos o ano de 1.999, em que foram noticiadas 8 matérias, e todo o período de 2.002 a junho de 2.010, encontradas 9 matérias, podemos afirmar que houve um silenciamento da

temática homicídio, na cobertura desse veículo.

Como contraponto, nesse período, a referência à ação do poder público é contrastante com o volume de matérias referentes a homicídios. Destas 86 encontradas sobre o crack, 97,6% se referem a apreensões na cidade de Belo Horizonte. As matérias procuram reforçar que o poder público está agindo no sentido de aplacar o fenômeno: há certo controle da situação. Nesses enquadramentos a ênfase é geográfica. De alguma forma entram em cena as regiões e seus respectivos culpados pelo fenômeno.

Ao longo desses oito anos, foi encontrada somente uma matéria por ano, sendo as mesmas referentes aos anos de 2.002, 2.004, 2.006, 2.008 e 2.009. Nos anos de 2.005, 2.007 e 2.010 (sendo esse ano a cobertura acompanhada foi somente até julho), não foi encontrada nenhuma referência ao crack e homicídios correlacionados a esta droga. Do total de 24 matérias, que tratam da relação de crack e homicídios, apenas 9 (37,5%) se encontram no período de 2.002 à junho de 2.010.

O enquadramento mais recorrente foi o da degradação social, relacionado aos efeitos da violência do crack, nos indivíduos. Estes efeitos são representados pelo aumento do registro de homicídios, crimes contra a vida, demonstrando uma degradação do valor do ser humano.

A penetração do Crack em Categorias Blindadas/Sagradas, aparecem nos anos de 2.002, 2.003 e 2.006. Esse enquadramento está presente, por exemplo, nas matérias que destacam membros da polícia ou seus familiares, em algum tipo de situação envolvendo homicídios e o crack.

Um caso típico que podemos citar, como exemplo desse eixo, foi o relato do caso de um enfermeiro do hospital da Polícia Militar, que foi afastado do trabalho por problemas psiquiátricos, relacionados ao uso de crack. Este policial ajudou um traficante a matar seu amigo. A notícia salienta que mesmo o homem sendo um agente de segurança pública e profissional da área de saúde, *“ciente dos males que o crack traz, foi seduzido por essa droga.”*

A degradação de valores como a amizade, por exemplo, podem ser encontrado no texto da matéria que reforça a relação de amizade entre os envolvidos. A ênfase de assassinatos decorrentes de situações de dívidas que ocorrem entre conhecidos ou amigos (prevalece a ética do uso sobre a amizade) é reiterada pela exposição dos nomes (tratamento pessoal) reveladora da intimidade entre os envolvidos:

“A gente se conheceu comprando crack. Eu também devo R\$420,00 à Cleonice e ela me obrigou

a participar do crime. (...). quando Belline saiu, Cleonice, com dois revólveres, disparou 14 tiros. Tentei sair de perto, mas ela me mandou parar colocou um revólver na minha mão e me obrigou a atirar.” (18/04/2006)

A degradação, no sentido da perda do valor da vida humana, também está presente tendo como principal representação o grande número de assassinatos ocorridos, em que a presença do crack é recorrente. No ano de 2.003, uma matéria destaca o registro de um grande número de homicídios ocorridos, em apenas 2 dias, na capital. No ano de 2.004, uma matéria revela a morte de um homem a tiros e que contabilizava a 56ª ocorrida no ano, na Pedreira Prado Lopes, relacionada ao Crack. O termo “executado”, que remete de maneira formal à prática de um assassinato sem piedade, aparece juntamente com a palavra “tráfico”. O título “*Mais um homicídio na Pedreira Prado Lopes*” (03 /11/ 2.004) da reportagem, também, pretende reforçar a crescente perda do valor da vida humana.

No ano de 2.007, a categoria de degradação aparece nas matérias associadas às condições em que o crime foi cometido como, por exemplo, “*em momento de grande movimentação de pessoas.*”(31/12/2.007), ou nas situações em que os relatos demonstraram uma banalização da vida, assassinatos em que o crack é vinculado como a única explicação legítima para o crime

“Adolescente assassinado tinha uma pequena quantidade de crack na meia” (16/04/2007)

A degradação pessoal e social, relacionadas aos enquadramentos Atentado a Valores Familiares aparecem, no ano de 2.008. A notícia relata que um homem “*viciado em crack*” que matou o próprio filho de 2 anos, espancando-o. O atentado é evidenciado pelos termos “pai” e “filho”, que por si só já evidenciam estes valores. A ênfase na situação desse pai, viciado em crack, que se degrada de tal maneira, chegando até mesmo a matar o próprio filho, é reforçada pela fala da mãe e esposa do acusado, aos prantos destacada pelo jornal:

*“Você matou nosso filho!
Era isso o que você queria?
Era isso o que você queria?
Nosso filho está morto!”(10/09/2.008)*

Finalmente, diríamos que a análise do fenômeno do crack no ponto de vista da visibilidade midiática na década analisada nos leva a uma forte representação da violência. Os efeitos sociais do crack que foram os mais destacados nos levam a considerar que estamos vivendo uma situação de vitimização social, de um urbano marcado pela violência, o medo, a guerra e o terror.

No entanto, o Crack assim como o tema das drogas em geral nos impõe, a todos, um enfrentamento de um contexto complexo em que a representação intimidante da violência parece não contribuir para o debate. Pelo contrário, traz um “efeito” paralisante da opinião pública, ou a justificação da violência para o combate ao medo, tão ou mais sérios que os efeitos da nova droga nos espaços urbanos brasileiros.

Considerações Finais

Para as considerações finais iniciamos com uma questão: o crack é uma droga que traz violência para os centros urbanos? É uma droga responsável pelo aumento das taxas de violência? O efeito crack é uma violência que se abate sobre os indivíduos e a sociedade?

Inicialmente diríamos que o contexto de violência urbana não diz respeito somente ao crack ou às drogas e àqueles que estão envolvidos em torno dela, seja na figura de comercializantes ou usuários. Vivenciamos uma dimensão de violência cotidiana nas relações de todas as naturezas, das familiares às de trânsito, cujas conseqüências atingem a toda a sociedade de maneira indiscriminada. Não necessariamente estas situações dizem respeito ao uso ou ao comércio de drogas.

No entanto, as drogas ilícitas têm sido de maneira recorrente tratadas como os responsáveis diretas pelo aumento ou, no limite da existência da violência urbana. É um processo de vinculação direta em que a droga passou a ser o referente da violência. O papel do sistema mídia nessa representação hegemônica tem que ser colocado em debate.

A chamada para o debate diz respeito inicialmente a um achatamento da opinião pública abastecida por um consumo predominante dos veículos de massa, em especial a TV. Nessa “dieta de mídia” são recorrentes as representações constituídas pela fácil associação da violência urbana brasileira ao fato da existência do tráfico de drogas e seus respectivos atores. Sendo assim, há um inimigo tangível e, portanto, há que se travar uma guerra contra esse inimigo.

A representação do fenômeno como uma guerra inevitavelmente posiciona as cobranças da

opinião pública para a maneira não só de se discutir o tema das drogas, mas a forma adequada de lidarmos com o fenômeno, ou seja, belicamente, respondendo também com violência. Os enquadramentos caricatos de cenas de guerra que recentemente envolveram a cidade do Rio de Janeiro e a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora inegavelmente têm preponderância na maneira como a sociedade tem percebido o fenômeno. Há de um lado o mau, de outro o bem, desprotegido e necessitando de um salvador. Um processo de representação das populações envolvidas que beira a infantilização, justifica o uso da força (contra alguns), discrimina e oculta os interesses políticos em jogo, não contribuindo para o avanço desse debate.

Outro ponto da chamada para o debate diz respeito ao processo de destituição simbólica Kowarick (2009) dos pobres que tem envolvido a forma como a questão social no Brasil tem sido discutida. Talvez seja necessário trazer mais elementos para o debate em que as drogas constituem uma das partes de um todo multifacetado relacionado ao processo de vulnerabilização social de que nos fala Kowarick. O reforço tem sido de confinamento sócio-espacial da questão, da instigação do medo, através de representações que tornam o ambiente e a ética do crime variáveis naturais dos pobres, que não por acaso têm endereço certo: as favelas.

A discussão que fizemos da dimensão política da visibilidade midiática está diretamente relacionada a estas dimensões apontadas. Por detrás do tráfico e das favelas só há indivíduos “naturalmente maus”? Ou há interesses, projetos e disputas políticas? Reiteremos nosso pressuposto de que há uma forma de ser social, uma sociedade que se constitui de uma determinada maneira, constituição esta que tem na violência meandros complexos, mas definitivamente não é um problema de ordem subjetiva, dos indivíduos desviantes, naturalmente violentos. O sistema mídia tem recorrentemente atuado como instrumento maior de ocultamento dessa forma social de ser.

O estudo que apresentamos buscou trazer uma contribuição para esse debate. As representações sobre a questão do crack têm muito a dizer sobre os conteúdos que prevalecem no debate sobre essa droga no cenário local.

Se tomarmos o período analisado, por uma década as representações que prevaleceram são de uma sociedade que “sofre” o fenômeno do crack. Uma droga cujo poder é autônomo, nos leva a crer que não tem por detrás de si nenhum processo social a não ser que não seja os indivíduos - que sofrem o efeito violência da droga pelo uso ou que disseminam esse efeito através da sua comercialização.

A despeito dos efeitos sociais e farmacológicos que o Crack possa ter na população de usuários (e

que não estamos aqui negando), diríamos que durante uma década sofremos uma determinada visibilidade dada a esse fenômeno. Devemos salientar que houve uma demonização dos sujeitos e regiões possuídos ou possuidores dessa droga. A crescente desaparecimento do número de reportagens envolvendo homicídios, comparada ao crescente relato das prisões e apreensões que envolvem o crack não são necessariamente a única face da verdade sobre esse mundo. A dimensão política dessa representação midiática não pode ser desconsiderada. Os enquadramentos apresentados, porque falam sobre o mundo, são também produtores desse mundo. As representações não são um dado de natureza, são construções sociais que revelam um jogo de forças, um cenário político.

Se há mazelas sociais relacionadas a essa droga elas definitivamente não são consequência de um “efeito” específico do crack. A “onda” de violência representada pela entrada na droga nas redes de comercialização de drogas ilícitas na capital, o perfil sócio demográfico dos envolvidos, as sócioespacialidades inerentes ao fenômeno e a brutalidade das situações que foram dadas a ver fazem parte de um fenômeno que é, também, político midiático, cuja visibilidade, para usar as palavras de Weber (2004) ocorre em um jogo de transparência e opacidade.

6. Referência Bibliográfica

AGAR, Michel. The story of Crack: Towards a Theory of Illicit Drug Trends. *Addiction Research and Theory*, 2003. Vol II, No. 1, PP 3-29

BRAGA, José Luiz. A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHAMBERS, Simone. Measuring publicity's Effect: Reconciling Empirical Research and Normative Theory. *Acta Política*, 2005, pp.255-266.

GIDDENS, Anthony. *Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991. Cap.1.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

KOWARICK, Viver em Risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica civil. São Paulo, Editora 34, 2009

MAIA, Rousiley. *Mídia e Deliberação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

MOUILLAUD, Maurice. *O jornal da forma ao sentido*. Brasília, Paralelo 15, 1997.

SAPORI, Luis Flavio. *Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Editora FGV, 2007.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

VIMIEIRO, Ana Carolina soares. *Construindo interpretações públicas através do debate a longo prazo: enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008)*. Dissertação UFMG, 2010

WEBER, Maria Helena. *Imagem Pública*. IN: *Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. RUBIM, Antonio Canelas (org.) Salvador, Edufba, 2004

Matérias Citadas Disponíveis em: (por ano de citação. (Acessos julho de 2009 a julho de 2010)

http://apple.estaminas.com.br/data1/1999/semana_08/domingo/MACRO/GE25DOM.0001.PDF

http://apple.estaminas.com.br/data1/1999/semana_20/segunda/MACRO/GE29SEG.0001.PDF

http://apple.estaminas.com.br/data1/1999/semana_27/quinta/2EDICAO/GE31QUI2.0001.PDF

http://apple.estaminas.com.br/data1/1999/semana_32/terca/MACRO/GE27TER.0001.PDF

http://apple.estaminas.com.br/data1/2000/semana_12/domingo/macro/ge25dom.pdf

http://apple.estaminas.com.br/data1/1999/semana_16/quarta/MACRO/GE21QUA.0001.PDF

http://apple.estaminas.com.br/data1/1999/semana_15/sexta/MACRO/GE29SEX.0001.PDF

http://apple.estaminas.com.br/data1/2000/semana_17/domingo/fimseman/fs21dom.0001.PDF

http://apple.estaminas.com.br/data1/2000/semana_5/terca/macro/ge27ter.pdf

http://apple.estaminas.com.br/data1/2000/semana_36/quarta/macro/ge28qua.0001.PDF

http://apple.estaminas.com.br/data1/2003/semana_41/sexta/macro/ege1010p23.0001.PDF

http://apple.estaminas.com.br/data1/2003/semana_14/segunda/macro/ege3103p18.0001.PDF

http://apple.estaminas.com.br/data1/2007/semana_53/segunda/gerais/ege3112p20.pdf

http://apple.estaminas.com.br/data1/2007/semana_16/segunda/gerais/ege1604p20.pdf

http://apple.estaminas.com.br/data1/2008/semana_37/quarta/gerais/ege1009p0027.pdf